

LAZER – MEIO AMBIENTE

EM BUSCA DAS ATITUDES VIVENCIADAS NOS ESPORTES DE AVENTURA

Dr^a. MIRLEIDE CHAAR BAHIA

Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)
Docente no mestrado em Educação Física da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)
Membro do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL)/Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
e-mail: mirleide@superig.com.br

Ms. TÂNIA MARA VIEIRA SAMPAIO

Mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)
Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA)
Membro do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL)/Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
E-mail: tsampaio@unimep.br

RESUMO

Este artigo trata das interfaces subjacentes à relação do lazer – na forma de esportes de aventura – e do meio ambiente no contexto contemporâneo, identificando as atitudes, motivações e comportamentos que têm permeado a experiência dos praticantes de esportes de aventura. A pesquisa teve um caráter qualitativo e combinou pesquisa bibliográfica e de campo, esta última por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas no município de Brotas (SP), aplicadas a 19 praticantes. Os resultados demonstram que as atitudes ainda estão bastante fundadas em entendimentos ingênuos e equivocados sobre aspectos relacionados à vivência do lazer em áreas naturais, com atitudes “compensatórias” e a falta de compreensão das possibilidades ampliadas de vivência de novos valores.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; meio ambiente; esportes de aventura.

O planeta Terra, historicamente, vive em constantes transformações, porém, alguns fatores desencadeados pelo comportamento do ser humano, na escolha de um modelo de desenvolvimento desenfreado e a busca de exploração dos recursos naturais com vistas ao lucro exacerbado, têm causado transformações tanto em aspectos individuais (valores, atitudes), quanto em aspectos sociais (relações interpessoais, qualidade de vida). Segundo Guattari (1990, p. 7), “paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração”. A repercussão dessas transformações atinge as relações subjetivas estabelecidas entre familiares, entre amigos, entre vizinhos e entre ser humano-natureza.

A problemática ambiental, mais que uma crise ambiental, é um questionamento do pensamento e do entendimento sobre as atitudes vividas na atualidade e as relações estabelecidas na sociedade capitalista, no que se refere à busca de um desenvolvimento pautado na lógica da dominação da natureza e dos recursos naturais, “é um questionamento da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado” (LEFF, 2003, p. 19).

Os males causados ao planeta Terra não devem ser interpretados como uma justificativa para afastar o ser humano das áreas naturais e criar um paradigma de uma natureza intocada e intocável. Diante desse impasse, Diegues (2000) expõe sua preocupação com a herança trazida pelas antigas políticas conservacionistas – e, conseqüentemente, defendida por algumas correntes de ambientalistas –, refletida, a partir de meados do século XIX, na criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos, com a lógica de separação entre as “ilhas” de conservação ambiental e as comunidades locais. Para o autor, a visão equivocada de separação ser humano-natureza desrespeita valores vivenciados por comunidades locais (populações indígenas, caiçaras, comunidades tradicionais) que há séculos vivem em áreas de preservação e possuem um conhecimento de grande valor no que diz respeito a modos de convivência e preservação dos recursos naturais.

Essa preocupação é percebida no discurso de Morin (2001, p. 26), em busca de uma lógica que compreenda a complexidade das relações ser humano-natureza e a importância do respeito às culturas locais, às populações habitantes de áreas naturais e os conhecimentos que estas trazem no bojo de sua cultura. Considera de extrema importância levar em consideração “[...] o valor das culturas, a sabedoria, o saber, os modos de fazer, de conhecimentos muito sutis sobre o mundo vegetal e animal, sobre modos de cura”.

No mesmo caminho de indicação de uma nova maneira de viver e compreender as relações, é possível concordar com Guattari (1990, p. 8), quando afirma a importância da compreensão e da defesa de uma ecologia pautada não apenas numa consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural e em perspectivas tecnocráticas, mas sim numa perspectiva que possa levar em consideração outros aspectos: “ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo ecosofia – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões”.

Para Pesci (2003, p. 141), devem ser levados em consideração aspectos ligados ao compromisso com a solidariedade e a compreensão de que todos os seres vivos se acham interligados e fazem parte do ciclo da vida. “Trata-se, definitivamente, de um compromisso integral com a vida não somente intelectual, mas também sensorial; vida que é a natureza em todas as suas formas: homens, plantas, animais, geosfera, biosfera”. Dessa forma, achando-se envolto em tais questões e buscando caminhos de melhoria das relações individuais e sociais, o ser humano estaria buscando redescobrir a importância de saber viver e cuidar do meio ambiente, no qual,

[...] está embutida não apenas a preservação, de maneira isolada e estanque, mas integrando uma infinidade de conteúdos, de complexificação do conhecimento, articulando uma visão diferenciada sobre os acontecimentos naturais, sócio-culturais, político-econômicos, num entendimento do ser humano como elemento co-responsável, fundamental, em tudo o que ocorre no âmbito da sobrevivência física do planeta e da própria qualidade de vida em um sentido amplo, renovado e diferenciado (BRUHNS, 1999, p. 502).

A SUSTENTABILIDADE E O LAZER EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS)

A necessidade de vivenciar atividades e momentos de lazer na natureza, numa busca pela reaproximação do meio ambiente natural – na medida em que a urbanização das cidades causou um rompimento das relações ser humano-natureza –, faz com que a sociedade se engaje cada vez mais em tais discussões. Assim, na lógica de preservação dos recursos naturais e culturais das populações tradicionais – habitantes de áreas naturais remotas com potencial para exploração, visitação, vivências de lazer, entre outros – houve um estabelecimento de preceitos que pudessem permitir um planejamento consciente das várias atividades humanas, de modo que não esgotassem tais recursos.

Foi criada, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela secretária do Meio Ambiente da Noruega,

Gro Harden Brundtland, destinada a combater a degradação ambiental e promover a melhoria das condições de vida das populações carentes. Após três anos de estudos e visitas a vários países, a comissão encerrou, oficialmente, as atividades em 1987, com a entrega do Relatório Brundtland (*Nosso futuro comum*) à Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), com ênfase maior nas conseqüências negativas da pobreza sobre o meio ambiente. Ao final dos trabalhos, a CMMAD concluiu que era necessário um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares por alguns anos, mas em todo o planeta até um futuro longínquo. O Relatório Brundtland sugeriu à Assembléia Geral da ONU a convocação de uma conferência internacional para avaliação dos progressos obtidos pelos países na área ambiental. Aprovado o Relatório Brundtland pela ONU em 1989, confirmou-se a realização da Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco-92, no Rio de Janeiro (SEABRA, 2001).

A partir de preocupações acerca dos rumos do desenvolvimento – e suas respectivas conseqüências em nível mundial – e a necessidade de estabelecer-se os rumos a serem tomados pelo planeta, além da publicação do Relatório Brundtland, diversas reuniões, com a presença de chefes de Estado do mundo todo, passaram a ser agendadas, para firmar-se acordos mundiais sobre diversas questões relacionadas à problemática socioambiental (Protocolo de Kyoto, Mercado de Carbono, Pobreza nos Países de Terceiro Mundo), sobressaindo-se, dentre elas, a Eco 92, na qual algumas metas de desenvolvimento foram discutidas e sistematizadas – pautadas numa preocupação com gerações futuras e o esgotamento dos recursos naturais e culturais, bem como com o papel central da educação para a construção de um mundo ecologicamente equilibrado, somado à construção de um documento intitulado *Agenda 21 Global* (COELHO, 1999).

Impulsionam-se, portanto, o desejo e a tentativa de um equilíbrio social, econômico e ecológico, num tripé que, baseado no Relatório Brundtland, significa “justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica”¹, denominado “desenvolvimento sustentável” (FIGUEIREDO, 1999a, p. 36). Na década de 1970, a perspectiva teórica designada desenvolvimento sustentável surgiu da crítica ao planejamento econômico tal como foi concebido no mundo ocidental pós-1950 e os seus resultados ambientais danosos e socialmente injustos, sobretudo nos países então denominados “Terceiro Mundo” (COELHO, 1999). Nas propostas apresenta-

¹ Atualmente, alguns autores (Leff, 2003; Guattari, 1990) defendem a inserção da responsabilidade política como uma das bases de sustentação do desenvolvimento sustentável.

das pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), empregase o termo “desenvolvimento sustentável” significando melhorar a qualidade da vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas (SÃO PAULO, 1992).

Desenvolvimento sustentável vem sendo comumente definido como desenvolvimento que leva em consideração a finitude dos recursos naturais, a sustentabilidade ou durabilidade no uso dos recursos com vista às gerações futuras. Além da sustentabilidade social, econômica e ecológica, neste conceito de desenvolvimento é também ressaltada, com propriedade, a sustentabilidade cultural (COELHO, 1999, p. 57).

Para Sachs (1993), as dimensões a serem observadas devem ter uma amplitude bem maior, capaz de abarcar aspectos defendidos, inicialmente, pelo “ecodesenvolvimento”, tendo cinco eixos norteadores: 1) sustentabilidade social: a meta é construir uma civilização com maior eqüidade na distribuição de renda e de bens, reduzindo o abismo social; 2) sustentabilidade econômica: privilegia a alocação e o gerenciamento mais eficiente de recursos financeiros; 3) sustentabilidade ecológica: propõe novas formas de relacionamento entre o consumo humano e os recursos naturais, desde a limitação do uso até a reutilização destes pela reciclagem; 4) sustentabilidade espacial: expressa, principalmente, nas relações das áreas rurais e urbanas, combatendo a centralização em áreas urbanas; e, por fim, 5) sustentabilidade cultural: valorização de formas diversas de relação ser humano-natureza e diversidades culturais, pela etnociência, por exemplo.

Tal abordagem suscita a compreensão de que todas as formas de ação do ser humano no meio ambiente, principalmente no que se refere ao estabelecimento de práticas que busquem recursos naturais ou a própria área natural como suporte, necessitam, prioritariamente, de planejamento, envolvimento com as comunidades da área, levantamento de capacidade de suporte, enfim, uma série de medidas capazes de minimizar a ação humana em tais áreas e na busca do desenvolvimento com sustentabilidade e responsabilidade (FIGUEIREDO, 1999b).

O aumento na procura de práticas de lazer nesses ambientes naturais tornou-se uma preocupação do poder público e de organizações não-governamentais (ONGs) que dividem a administração desses espaços, com a tarefa de elaborar de forma urgente e prioritária planos de manejo que estabeleçam regras claras de uso público – caracterizado como turismo e recreação – dentro de um planejamento detalhado, elaborado por uma equipe multidisciplinar, estabelecendo não apenas o uso, mas também modos de minimizar impactos, quantidade de visitantes nas trilhas, manejo para áreas degradadas a partir de um período de utilização, cuidados a serem tomados na prática de esportes nas áreas naturais, entre outros aspectos.

Alguns aspectos são fundamentais para uma possível vivência do lazer, sendo eles definidos como o tempo disponível na vida das pessoas, a atitude adotada e o espaço onde esse lazer acontecerá. Segundo Marcellino (1987), esses aspectos devem estar intimamente ligados, para que se possa considerar a possibilidade de usufruto do lazer. Para o autor, a concepção de lazer deve estar enraizada nos valores capazes de propiciar o descanso, o divertimento e o desenvolvimento individual e social, que associa essas ações humanas, marcadas pela livre adesão e o prazer, a um entendimento de cultura em seu sentido ampliado.

Para Gomes (2004, p. 124), “a cultura institui uma expressiva possibilidade para se conceber o lazer em nossa realidade histórico-social”, pautando-se no pressuposto de que “a cultura constitui um campo de produção humana em várias perspectivas, e o lazer representa uma de suas dimensões: inclui a *fruição* de diversas manifestações culturais”.

É possível atentar-se ao fato de que a população, em meio à rotina extenuante de trabalho, não percebe a importância que o lazer tem em suas vidas e não o relaciona como um direito básico de felicidade, prazer e realização. Esse fato fica registrado no livro *Festa no pedaço*, escrito por Magnani (2003), no qual o autor esclarece que a “ressonância social” do lazer é bastante diferente daquela que trata dos outros aspectos da vida cotidiana, ditos como “sérios”. O que demonstra dois fatos interessantes: um, a discriminação, ainda latente, sobre o tema lazer; e o outro, que as pessoas vivenciam o lazer e este possui importância em suas vidas, mas muitas vezes não identificam o que fazem como lazer.

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status”. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria (MARCELLINO, 1987, p. 28).

Nota-se, portanto, que a busca do lazer vem impregnada de valores subjacentes, implícitos nas atitudes e na fala de seus praticantes, como forma de alienação ou de busca de compensações de seu dia-a-dia, vivendo nessas práticas os mesmos comportamentos adotados nos outros momentos de sua vida e não possibilitando a experiência do fazer por prazer e da compreensão de outra forma de viver no mundo.

O lazer, como manifestação humana, traz em seu bojo possibilidades de contestação e mudança de atitudes, que expresso em ações culturais pode possibi-

litar a transformação do estilo de vida das pessoas. Mas, para isso, é preciso compreendê-lo, não como um instrumento de dominação e de alienação, que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais existentes na sociedade, e sim como uma perspectiva de outras vivências modificadoras de valores e atitudes.

Dessa forma, um lazer crítico e criativo seria capaz de possibilitar o transporte de valores, contrários à lógica hegemônica de capitalismo e individualismo, para a vida real, no cotidiano das pessoas, nas suas relações interpessoais no trabalho, na família. A experiência do lazer na vida das pessoas pode mostrar-se bastante significativa e reveladora, elucidando elementos que a análise em outras esferas da vida, como a do trabalho ou da família, poderia não demonstrar. “O momento do lazer – instante de esquecimento das dificuldades do dia-a-dia – é também aquele momento e oportunidade do encontro, do estabelecimento de laços, do reforço dos vínculos de lealdade e reciprocidade, da construção das diferenciações” (MAGNANI, 1988, p. 39).

Para Marcellino (2001), o lazer, com seu caráter descompromissado, diferencia-se dos valores hegemônicos do mundo das “obrigações” e pode contribuir, de maneira eficaz, para a riqueza cultural, para a pluralidade na convivência, para o estabelecimento do repertório de outros comportamentos que não os institucionalizados e internacionalizados.

ANALISANDO AS ATITUDES DOS PRATICANTES DE ESPORTE DE AVENTURA

Segundo Costa (2000), o aparecimento e a difusão de esportes que têm como característica a aventura e o risco calculado reorganizaram o sistema de esportes, produzindo uma ruptura com as práticas esportivas convencionais, veiculadas no esporte-espetáculo, produzindo uma renovação simbólica e de signos que se fizeram presentes no imaginário esportivo de séculos passados, bem como remanejando elementos existentes anteriormente nos esportes, dando-lhes novas configurações. A busca de esportes de risco e aventura pode ter uma íntima relação com a lógica atual vivida na sociedade, no que se refere ao aumento da incerteza política, econômica, social e cultural. Nesse mundo globalizado e individualista ao extremo, as pessoas passam a perceber mais o risco e conviver com este como resultado das múltiplas contingências sociais.

Alguns grupos se formam, de acordo com a convergência de seus interesses e desejos, em torno dessas práticas, revelando emoções, sentidos, simbolismo, dimensões culturais de vivenciar tais experiências e buscam, em atividades de risco e aventura, o sentimento de glória, de vitória. Além disso, a busca de uma identidade própria, de “ser diferente”, de tentar ir de encontro aos preceitos de um mundo

globalizado, canaliza motivações para vivenciar atividades na natureza. Na análise de Serrano (2000), a presente vivência de atividades físicas na natureza remete a uma exacerbação do individualismo pela busca do elemento risco.

Uma característica a ser ressaltada é a de que a prática dessas atividades, muitas vezes, passa a ser uma válvula de escape da vida cotidiana e do estresse da vida urbana, que se reflete na busca do elemento “exótico” nas viagens à natureza e em uma certa fuga de valores que são vividos no cotidiano das pessoas. Uma das preocupações apontadas por Marinho (2003) é o fato de que, em muitos casos, há uma “desterritorialização” quando da busca da natureza para a prática de atividades físicas, sendo levados, para o meio ambiente natural, aspectos e padrões vividos no meio urbano, fazendo com que a natureza seja rotulada como um mito, tratando obstáculos naturais (montanhas, corredeiras, cachoeiras, entre outros) como desafios utópicos a serem superados, numa vivência irreal de radicalidade.

No entanto, contraditoriamente, acaba por afastar, na maioria das vezes, os aventureiros do seu maior desafio, a simples vivência da natureza, não deixando que os mesmos se defrontem com o nativo, o inesperado, mas que sigam normas e condutas de regulamentação, que se transformam em empecilhos mais difíceis de serem vencidos do que os próprios obstáculos naturais, não promovendo a livre adesão e uma relação harmônica entre ser humano e natureza (TEREZANI, 2004, p. 30).

Ao sistematizar alguns dos principais processos de impactos do lazer na natureza, Barros e Dines (2000, p. 58) os agrupam em dois aspectos: “*ecológicos*, quando provocam alterações no ambiente, degradando o solo, a vegetação, os recursos hídricos e a fauna, e *sociais*, quando causam uma diminuição na qualidade da experiência dos visitantes”. É possível não apenas identificar as dificuldades em relação aos prováveis impactos, mas também perceber a falta de normatização em relação a quem pratica, opera ou vende produtos referentes a esportes de aventura. Além disso, na falta de legislação pertinente, não há como fiscalizar a operacionalização de tais esportes no meio ambiente, o que o torna vulnerável. É possível demonstrar alguns impactos na análise feita de alguns esportes na natureza e seus possíveis impactos negativos.

ANALISANDO A TRILHA PERCORRIDA: RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de caráter qualitativo combinou a metodologia de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A técnica empregada foi a de entrevistas semi-estruturadas (DENKER, 2000), realizadas no município de Brotas (SP) – tendo em vista ser um município onde a prática desses esportes é intensa –, aplicadas a 19 praticantes de esportes de aventura.

A escolha dos praticantes foi do tipo não-probabilística, intencional por critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977). Como critério para a seleção dos sujeitos, tomou-se como base os praticantes de esportes de aventura que buscam empresas especializadas para organizar o acesso a tais esportes. O número de participantes foi definido com base no critério de saturação de dados, ou seja, ao tornarem-se repetitivas as respostas, encerrou-se a aplicação das entrevistas.

O grupo apresentou as seguintes características: nove praticantes do sexo masculino e dez praticantes do sexo feminino. A faixa etária desses praticantes mostrou-se bastante variável, demonstrando ser muito heterogênea a procura por esportes de aventura, não possuindo uma faixa etária específica para tais práticas: um praticante com 6 anos; quatro praticantes com 21 anos; dois praticantes com 22 anos; três praticantes com 23 anos; dois praticantes com 25 anos; um praticante com 26 anos; dois praticantes com 27 anos; um praticante com 28 anos; um praticante com 36 anos; um praticante com 44 anos; um praticante com 67 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, também houve bastante variação, demonstrando que a procura por esportes de aventura não é caracterizada por apenas um nível específico de escolaridade: pré-escolar: um praticante; nível médio: três praticantes; superior incompleto: oito praticantes; superior completo: sete praticantes.

A grande maioria de praticantes que busca o município de Brotas para a prática de esportes de aventura configurou-se por pessoas que residem em cidades do próprio interior de São Paulo, talvez por ter um acesso mais fácil, em decorrência de suas cidades serem relativamente próximas ao referido município: São Paulo (capital): oito praticantes; outros municípios de São Paulo: nove praticantes; outro estado: dois praticantes.

Nos discursos dos sujeitos entrevistados, foi possível perceber uma variedade de pontos a ser analisada e confrontada com a teoria, numa tentativa de delinear as atitudes que esses adotam e/ou percebem quando vivenciam esportes de aventura. Um primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao entendimento do que seja o lazer para cada indivíduo, e até que ponto existe uma diversificação de vivências de lazer, a partir de suas experiências cotidianas.

Ao serem indagados com a questão “Quais as atividades de lazer que você pratica?”, em sua maioria, as respostas traduziam um entendimento limitado de lazer, situando-o apenas como uma prática físico-esportiva. Apenas quatro entrevistados citaram outro tipo de vivência de lazer (cinema, teatro, festa e ecoturismo) como uma outra possibilidade.

A busca pelos esportes de aventura tem sido crescente e parece consolidar-se a cada dia, com novos praticantes, ou, pelo menos, novos “curiosos” por conhe-

cer tais práticas. Foi possível perceber em Brotas, especificamente, um grande número de pessoas buscando empresas especializadas para organizar “pacotes” que lhes proporcionem novas experiências ou a repetição de outras experiências vividas. Foi possível perceber tal fato a partir da indagação “Você pratica, há quanto tempo, os esportes de aventura?”.

Uma grande parte dos entrevistados já vem praticando há mais de dois anos (oito sujeitos); há mais de um ano (três sujeitos) ou há mais de seis meses (dois sujeitos). Houve registro de um entrevistado que pratica há mais de cinco anos e outro que pratica há mais de dez anos. Porém, quatro entrevistados relataram que estavam praticando pela primeira vez um esporte de aventura. O que demonstra um aumento da procura desses esportes por pessoas que nunca haviam buscado essa experiência até então. Da mesma forma, a frequência da vivência dessas práticas cresce de forma diretamente proporcional, tendo sido registrada uma frequência de, pelo menos, uma vez por ano pela maioria dos entrevistados, chegando-se a níveis de frequência de uma vez por mês em alguns casos (três entrevistados).

Esse fato pode estar atrelado ao aumento da oferta de mercado dessas práticas esportivas, aliado ao crescimento de novas tecnologias e equipamentos que facilitam tanto às empresas turísticas, em oferecer novos “pacotes” e acesso a lugares antes inalcançáveis, quanto a confiança de pessoas inexperientes e interessadas em vivenciar os esportes de aventura de permitirem-se a tais experiências. Mesmo sem um conhecimento profundo sobre as novas tecnologias e os novos equipamentos específicos que existem no mercado, voltados à prática de tais esportes, o iniciante, ou até mesmo os mais experientes, apesar de conhecerem os riscos e terem consciência da necessidade de um nível maior de segurança, aventuram-se em busca de emoções e risco, numa demonstração de confiança nas empresas existentes no mercado.

Em busca de situar que grau de importância o esporte de aventura assume na vida de cada um dos entrevistados – dentre outras possibilidades de lazer –, foi elaborada a seguinte pergunta: “Qual a importância do esporte de aventura no seu lazer?”.

Nas falas de alguns sujeitos, o grau de importância é explicitado em expressões que traduzem suas motivações para a busca dessas práticas. Mesmo aqueles que estavam vivenciando pela primeira vez alguma modalidade, usam algumas palavras-chave ou expressões que se destacam e merecem ser analisadas. As expressões mais citadas foram: “a busca por um contato maior com a natureza”; seguida de perto pela palavra “adrenalina”; “busca de emoção”; “sair da rotina”; “desestressar”; “desafio”; “risco”.

É possível perceber na fala dos sujeitos uma maneira de interligar esses esportes à busca de emoção, risco e sensações não vivenciadas cotidianamente em

suas vidas, o que remete à “fuga da rotina”, como é citada por alguns, numa transparente busca de um lazer funcionalista e compensatório (MARCELLINO, 1987). Essas expressões utilizadas para justificar as motivações de cada praticante de esportes de aventura demonstram opções atreladas a vários fatores, citados por Bruhns (1998, p. 18): “aquisição de imagens através da compra de um sistema de signos (estilo de vida envolvendo aventura, desafio, risco, natureza)”.

Marinho (2003), ao referir-se às sensações buscadas e vividas nas práticas de esportes de aventura, chama a atenção para o fato de que, com a popularização do termo “adrenalina”, desencadeada principalmente pela mídia, os sentimentos dos praticantes não estão totalmente definidos e outras sensações, como a satisfação, o relaxamento e o bem-estar, são pouco registradas nos discursos de quem vivencia tais esportes. Esse fato é confirmado na presente pesquisa, quando os sujeitos foram perguntados “O que você entende por esportes de aventura?”. Muitos foram os registros com a mesma visão limitada de que o esporte de aventura se resumiria em “adrenalina”; “sensação de liberdade”; “fuga da rotina” e “fuga do stress”.

Porém, apesar de muitos registros ratificarem a observação da autora em questão, é possível identificar algumas outras percepções demonstradas em algumas respostas, as quais dão indícios de uma preocupação com o meio ambiente e com as possíveis novas relações estabelecidas nessas experiências, capazes de contribuir com uma mudança de atitudes no cotidiano das pessoas.

Em Brotas, particularmente, foi elaborado um plano de manejo do público visitante de áreas naturais, indicando recomendações e estratégias a serem implantadas, com o intuito de possibilitar uma visitação pública mais responsável. Ao serem indagados sobre possíveis impactos ambientais e sociais (população local) que a prática de esportes de aventura possa vir a provocar, os entrevistados foram unânimes na consideração de que o turismo de aventura, especificamente em Brotas, tem possibilitado impactos positivos à população local, no que se refere à economia local, à geração de renda e de empregos. Em contrapartida, mesmo com algumas considerações positivas a respeito da preocupação com possíveis impactos ambientais negativos dessas práticas em áreas naturais, alguns entrevistados demonstraram ter consciência de que a falta de planejamento dos organizadores de tais atividades, bem como a falta de conscientização e educação, podem gerar esses impactos.

Nas considerações de Guattari (1990) surge a preocupação com a maneira de viver no planeta de forma ampla, e não apenas uma consciência parcial sobre os perigos mais evidentes e maiores sobre o meio ambiente. Essa preocupação deve estar refletida em cada ato individual do dia-a-dia das pessoas. Teoricamente, as pessoas que buscam a prática de lazer na natureza deveriam agir de forma consciente, no

entanto, de acordo com as falas de alguns praticantes dessas atividades, é possível detectar algumas ações, percebidas por estes, de práticas pouco responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de discutir, academicamente, a questão das vivências do lazer na natureza traz em seu bojo a urgência no aprofundamento de abordagens sobre o entendimento do lazer e do meio ambiente, devendo privilegiar uma análise multidisciplinar das diversas áreas e dos diversos atores envolvidos. O aumento do interesse e da demanda crescente da busca por práticas de esportes de aventura suscita uma reflexão sobre valores e atitudes evidenciados nessas práticas e uma significativa preocupação em contribuir para um debate que propicie um processo consciente de vivência do lazer em áreas naturais.

A compreensão das atitudes adotadas pelos praticantes de esportes de aventura pode vir a ser um “termômetro” que indique caminhos de intervenção capazes de qualificar não apenas as práticas individuais, mas também aquelas gerenciadas pelo poder público e privado, em direção a novas atitudes pautadas em princípios de convivência crítica, criativa e sustentável, em busca de qualificar as relações entre os indivíduos, a sociedade e a natureza.

A partir do cotejo entre a análise da literatura consultada e o discurso dos praticantes de esportes de aventura, foi possível perceber atitudes ainda bastante fundadas em entendimentos ingênuos e equivocados sobre aspectos relacionados à vivência do lazer em áreas naturais. Um primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao entendimento do que seja lazer para os entrevistados, demonstrando uma redução deste à prática de atividades físico-esportivas.

Esse tipo de limitação, quanto ao entendimento da amplitude do lazer e das possibilidades de vivência de outros conteúdos culturais, demonstra a necessidade de intervenção, tanto do poder público quanto de profissionais da área, para possibilitar à sociedade o conhecimento e a opção de escolha dos diversos conteúdos culturais do lazer.

Na busca de lazer na natureza, pelos esportes de aventura, ainda é possível verificar atitudes “compensatórias”, num comportamento de fuga das dificuldades vividas no cotidiano de cada indivíduo, e a falta de compreensão das possibilidades ampliadas de vivência de novos valores, que possibilitem a convivência com a natureza e com seus pares.

Apesar disso, não é possível reduzir as práticas e as atitudes dos praticantes de esportes de aventura ao simples “gosto pela aventura” e por “adrenalina”, haja vista que alguns demonstraram perceber as possibilidades de mudança de compor-

tamentos em sua vida na cidade, tanto no que se refere à convivência no trabalho e na família, quanto no que se refere à mudança de atitudes em relação aos comportamentos adotados no meio ambiente.

O crescimento e a consolidação de um mercado voltado ao oferecimento de “pacotes” de turismo de aventura são inegáveis. No entanto, vale registrar que ainda é bastante elitizado o acesso de algumas modalidades de esportes de aventura, em função do custo elevado dos equipamentos, o que gera uma indústria de lazer-mercadoria, baseada na valorização exacerbada do consumo.

Para uma mudança de atitude efetiva sobre a necessidade de vivência do lazer como um direito inalienável, é preciso compreender alguns aspectos importantes que podem vir a traçar novos caminhos mais conscientes: 1) a compreensão de que o lazer é um direito social; 2) a possibilidade de participação popular na construção coletiva de políticas de lazer; 3) a democratização cultural, com a elaboração de políticas que dêem acesso a todos, de forma equitativa e dos vários conteúdos culturais do lazer; 4) a minimização das barreiras socioculturais que impedem ou diminuem o acesso aos espaços e aos programas de lazer; 5) a luta por políticas de reordenação do tempo; 6) a busca da democratização dos espaços nas cidades e em áreas naturais; 7) a educação pelo e para o lazer, em busca de vivências que modifiquem os valores vigentes e vislumbre uma transformação nas atitudes pessoais e sociais, e conseqüente mudança do *status quo*; 8) a qualificação na formação profissional, de forma que possibilite uma atuação consciente e comprometida com valores crítico-criativos para uma ação cultural diversificada e coerente; 9) a construção e manutenção de equipamentos de lazer nos centros urbanos e em áreas de proteção ambiental destinadas ao uso público com fins turísticos e recreativos.

Outro fato bastante relevante a ser destacado é a necessidade de um maior planejamento no que se refere à orientação de condutas conscientes em áreas naturais, bem como orientações específicas de segurança, respaldadas em uma certificação e um controle dos órgãos competentes, com base na utilização de critérios rígidos de normalização do turismo de aventura em nível nacional.

Também há destaque para a questão de impactos positivos e negativos gerados pelas práticas de esportes de aventura. No entendimento geral dos entrevistados, o desenvolvimento do turismo de aventura – com a respectiva prática dos esportes de aventura – pode trazer benefícios relacionados ao crescimento econômico da localidade. No entanto, a falta de planejamento e da criação de um plano de manejo para as áreas a serem utilizadas, bem como a falta de formação da mão-de-obra local, podem vir a gerar impactos negativos extensos.

O engajamento do poder público e privado, bem como o envolvimento da população local na discussão do planejamento de iniciativas voltadas ao desenvolvi-

mento de esportes de aventura em áreas naturais, devem levar em consideração vários aspectos: 1) a necessidade de formar profissional especializado com conhecimentos na área a ser visitada, bem como conhecimentos acerca de: fenômenos naturais que podem interferir na atividade; condições climáticas previstas para a época; orientações sobre procedimentos que evitem uma exposição demasiada ao risco; orientações sobre educação ambiental e possíveis impactos socioambientais; 2) a compreensão de que o elemento “aventura” pode ser uma importante ferramenta educacional, aproximando tais práticas aos princípios propostos na metodologia de *outdoor education*; 3) pensar na possibilidade de desenvolvimento de um ecoturismo e turismo de aventura, voltados à efetiva busca da sustentabilidade, promovendo o envolvimento da população local no planejamento participativo dos projetos a serem implantados na região em questão, o desenvolvimento econômico da região, o respeito aos ecossistemas locais e o respeito às formas de manifestação cultural da população local; 4) a responsabilidade do poder público em desenvolver estratégias para a implementação de políticas de lazer na natureza, em parceria com o setor privado e a população residente; 5) desenvolvimento pelo poder público de planos de manejo para as áreas naturais protegidas e a devida fiscalização de tais áreas; 6) articulação da administração local com as confederações, federações e associações dos esportes realizados na natureza, no sentido de minimizar problemas pela regulamentação, certificação e normalização dos esportes de aventura e conscientização de seus praticantes.

A adoção e a formulação de diretrizes e planejamentos para a implementação de projetos de ecoturismo e de turismo de aventura precisam estar fundamentadas em bases sólidas de uma construção coletiva, democrática e participativa de todos os atores envolvidos. O poder público deve firmar parcerias com a sociedade e fomentar a participação popular, a fim de minimizar as contradições e as barreiras de vivência do lazer em áreas naturais, bem como as práticas alienadas e não-sustentáveis.

A promoção de pesquisas na área; o estabelecimento de programas de educação ambiental; o controle e fiscalização das ações de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura; a educação “pelo” e “para” o lazer em âmbito geral devem ser metas a serem estabelecidas, no sentido de construção de novos caminhos de uma prática consciente. Defende-se, portanto, neste estudo, um amplo debate de todos os setores envolvidos, no sentido de equacionar possíveis problemas em busca de soluções que dêem conta de articular saberes globais e saberes locais; discursos acadêmicos e discursos populares; poder público, privado e comunidades; enfim, uma conscientização ampla e irrestrita sobre a importância da vivência de um lazer em áreas naturais de forma consciente e sensível, pautada em valores de convivialidade, sensibilidade, solidariedade, respeito e compromisso ético.

Leisure – environment: the attitudes experience on Adventure Sports

ABSTRACT: This article deals with the many different interfaces subduced from leisure practice relation – under the form of adventure sports – and the contemporary environmental context, with the identification of attitudes, motivations and behaviors that have permeated experiences from adventure sports practitioners. The present research had a qualitative base, and the methodology combines bibliographical and field research. Semi-structured interviews were done at Brotas city, São Paulo State – with 19 adventure sports practitioners. Results showed that attitudes are still based on naïve and misunderstanding thoughts about aspects related to leisure experience in natural areas; it is still possible to verify compensatory attitudes, and lack of understanding of amplified possibilities of new values experience.

KEY WORDS: Leisure; environment; adventure sports.

Tiempo libre – medio ambiente: las actitudes en los Deportes de la Aventura

RESUMEN: Este artículo se ocupa de los interfaces subyacentes a la relación del tiempo libre – bajo forma de deportes de la aventura – y del medio ambiente en el contexto contemporáneo, identificando las actitudes, las motivaciones y los comportamientos que tienen traspasado la experiencia de las personas que vivencian los deportes de aventura. La investigación tenía un carácter cualitativo y una investigación bibliográfica combinada con la del campo y esta por medio de una encuesta “poco-estructurada” que se llevó en la ciudad de Brotas (SP), aplicada a las 19 personas involucradas con este deporte. Los resultados demuestran que las actitudes todavía están mucho establecidas en una concepción equivocada y ingenua de los aspectos relacionados con la experiencia del ocio en áreas naturales, con actitudes “compensatorias” y la carencia de la comprensión de las posibilidades mas amplias de la experiencia de nuevos valores.

PALABRAS CLAVES: Tiempo libre; medio ambiente; deportes de la Aventura.

REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C. *Lazer – Meio Ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Mestrado em Educação Física, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.

BARROS, M. I. A. de.; DINES, M. *Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude*. In: SERRANO, C. (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.

BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: a natureza como espaço da experiência. In: _____. *Conexões: educação, esporte, lazer*. Campinas: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 07-26.

_____. Lazer, cidadania e meio ambiente: buscando compreensões. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER: LAZER, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO HUMANA, 11., Foz de Iguaçu, 1999. *Anais...* Foz de Iguaçu: s.ed., 1999.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAILLOIS, R. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988.

COELHO, M. C. N. Reflexões sobre ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, 1999. p. 51-74.

COSTA, V. L. de M. *Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário*. São Paulo: Manole, 2000.

DENKER, A de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/USP, 2000.

FIGUEIREDO, S. L. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: _____. (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, 1999a. p. 75-126.

_____. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, 1999b.

GOMES, C. L. Lazer: concepções. In: _____. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-125.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: _____. (Coord.). *A complexidade ambiental*. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-64.

MAGNANI, J. G. C. Lazer dos trabalhadores. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 37-39, jul./set. 1988.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 2001. p. 45-59.

MARINHO, A. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidades de resistência. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003.

MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Participação: Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PESCI, R. A pedagogia da cultura ambiental: do *Titanic* ao veleiro. In: LEFF, E. (Coord.). *A complexidade ambiental*. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003. p. 131-177.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. *Política Municipal de Meio Ambiente*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992.

SEABRA, G. de F. *Ecossistemas do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papirus, 2001.

SERRANO, C. A educação pelas pedras: uma introdução. In: _____. (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. p. 7-24.

TEREZANI, D. R. *Popularização da canoagem como esporte e lazer: o caso de Piracicaba*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Mestrado em Educação Física, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

Recebido: 27 set. 2006

Aprovado: 15 dez. 2006

Endereço para correspondência
Tânia Mara Vieira Sampaio
R. Nuporanga 20, casa 7 – Jardim Potiguar
Piracicaba-SP
CEP 13420-252